

Assunto: Aniversário do ECA – Júri simulado sobre maioridade penal

Veículo: Diário de Pernambuco

Editoria: Local

Seção:

Página: A4

Data: 13/07/2015

## DIÁRIO de PERNAMBUCO

# Estatuto da criança completa 25 anos

Documento lançado em 1990 ainda precisa ser implantado em sua totalidade, apesar de conquistas importantes registradas no período. Aniversário ocorre em meio à discussão sobre a maioridade penal

MARCIÔNIA TEIXEIRA  
marcioniateixeira.pe@dabr.com.br

**L**ívia Oliveira tem 14 anos e um papel importante na defesa dos jovens. É presidente da executiva infanto juvenil da ONG Mirim Brasil, do Comitê #NãoÀRedução. Dia desses, participou de uma ação no Recife Antigo onde o foco era abordar frequentadores do bairro e discutir com eles a proposta de redução da maioridade penal de 18 para 16 anos. Hoje, dia de celebração dos 25 anos da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), trabalhos como o de Lívia ainda precisam ser multiplicados. Os avanços para a geração que nasceu após a implantação da lei 8.069, de 1990, são inquestionáveis, segundo dados da Unesco e de especialistas na área de infância e juventude. Porém, nem tudo é motivo de comemoração.

"Avançamos no reconhecimento da criança e do adolescente como seres de direitos, mas não há uma política

nacional de disseminação da lei. Poucos conhecem a legislação. Temos hoje a cultura da impunidade e de desrespeito à lei federal e não vemos responsabilização de gestores do executivo, principalmente", analisa Valéria Nepomuceno, professora do curso de serviço social da Universidade Federal de Pernambuco e há mais de vinte anos acompanhando o setor.

Fundador do Observatório das Favelas e professor da Universidade Federal Fluminense, ambas instituições do Rio de Janeiro, Jailson de Souza e Silva também reconhece avanços do estatuto, por exemplo, quanto à mortalidade infantil. "A mortalidade de jovens, no entanto, cresce. O sentimento hoje é de 'monstrualização' do adolescente pobre. E monstro a gente elimina. O traficante, dizem, já foi tarde. Bandido bom é bandido morto, falam outros. Além disso, a cobertura da mídia é maior quando o adolescente

mata e não quando é vítima. O adolescente pobre e negro é objeto de medo", reflete. Jailson considera, ainda, que o maior erro hoje está no que ele chama de grupos fundamentalistas, "que se recusam a discutir mudanças no estatuto, como se fosse um texto sagrado, um alcorão".

A ausência de uma rede articulada de proteção à infância e adolescência, além da crise financeira vivenciada pelas ONGs brasileiras também são citadas como empecilhos para o bom cumprimento do estatuto. "A lei sozinha não funciona. A retaguarda age de maneira desintegrada. O Judiciário não dialoga com o executivo e as ongs têm cada vez menos recursos da cooperação internacional", destaca Ana Dourado, historiadora e especialista na história da infância e direitos da criança. Os planos municipais, diz Ana, também precisam ser elaborados com diagnósticos mais precisos e orçamentos



Lívia atua na ONG Mirim Brasil na defesa de jovens.

realistas para que as políticas públicas sejam implantadas no período de dez anos, como prevê o documento.

Fazer cumprir a lei. Na opinião de Lívia Oliveira, não adianta encaminhar adolescentes infratores para presídios de adultos sem investir

em educação integral, prevista no estatuto, como quer a maioria dos congressistas. "Sou contra reduzir a maioridade penal. Não ataca a causa da violência, entre elas, a desigualdade social. Só ataca o efeito. Eles saem com mais raiva lá de dentro", raciocina.



Redução da maioridade está longe de ser unânime

## Maioridade penal no centro do debate

Vários eventos no estado lembram, durante a semana, os 25 anos do estatuto. Hoje, por exemplo, está programado um júri simulado, organizado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, sobre redução da maioridade penal. Seis debatedores farão parte do júri. Três se posicionarão contra o projeto e outros três serão favoráveis à PEC 171/1993. O júri acontece no Centro de Convenções,

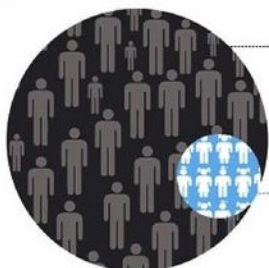
em Olinda, das 8h às 13h.

Também hoje haverá uma caminhada no Centro do Recife contra a redução da maioridade penal, organizada pela Frente Ampla Pernambuco Contra a Redução da Maioridade Penal. A partir das 14h na Praça Osvaldo Cruz, de onde os manifestantes seguem para a Avenida Conde da Boa Vista, Ponte Duarte Coelho, Avenida Guararapes, Avenida Dantas Barreto e Praça do Carmo.

O Conselho Regional de Serviço Social preparou três seminários. No Recife, será amanhã, no auditório da Uninassau, na Avenida Dantas Barreto, no 6º andar, das 13h30 às 17h30. Em Garanhuns, acontece na quarta-feira, no Auditório da Gerência Executiva do INSS, das 14h às 17h30. Em Salgueiro, será na quinta-feira, no auditório da Gerência Regional de Educação, das 8h às 12h.

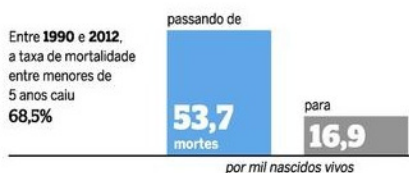
No Centro de Formação dos Servidores e Empregados Públicos de Pernambuco, acontece, amanhã, das 9h às 13h, o Seminário dos 25 anos do ECA e seus desafios, pela Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude, na Rua Tabira, nº 252, Boa Vista.

Nos dias 14, 15 e 16 de outubro haverá o seminário Nas trilhas da proteção integral de crianças e adolescentes, na Fafire.



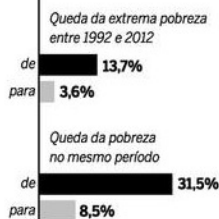
**195 milhões**  
de pessoas  
vivent no Brasil

**61,7 milhões**  
são crianças  
e adolescentes



**98%**  
das crianças e adolescentes entre  
7 e 14 anos estão matriculados na  
escola, revelando ampliação no  
acesso ao ensino básico

**17,9%**  
foi a redução nas taxas de  
trabalho infantil entre 2008 e 2011



SILVINO/DP

<b>Assunto:</b> Júri simulado analisa maioria penal	
<b>Veículo:</b> Diário de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Poder	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> B1	<b>Data:</b> 13/07/2015

## DIÁRIO de PERNAMBUCO

**tribunal**

### Júri simulado analisa hoje maioria penal



MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

Além do evento, promovido pela Coordenadoria da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), haverá protesto no Recife contra aprovação da PEC pela Câmara Federal. **política B2**

<b>Assunto: Júri simulado debate maioria penal no Recife</b>	
<b>Veículo: Diário de Pernambuco</b>	
<b>Editoria: Política</b>	<b>Seção:</b>
<b>Página: B2</b>	<b>Data: 13/07/2015</b>

## DIÁRIO de PERNAMBUCO

### MAIORIDADE PENAL

# Júri simulado debate tema no Recife

**CLÁUDIA FERREIRA**  
Especial para o Diário

A redução da maioria penal é a grande pauta política em Pernambuco hoje, aniversário de 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Pela manhã, a Coordenadoria da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), em parceria com a Escola Judicial do TJPE, promove um júri simulado sobre a PEC 171/1993. À tarde, movimentos sociais,

sindicatos e entidades diversas realizam uma passeata contra a proposta. A concentração será às 14h, na Praça Oswaldo Cruz, em Santo Amaro.

No júri simulado, que será transmitido pela internet, seis pessoas debatem - três favoráveis à proposta e três contrárias - diante de um júri popular. O início está marcado para 8h no Centro de Convenções. Embora não tenha caráter decisivo, o resultado pode servir de objeto de argumentação para

o vencedor. É o que acredita Sílvia Siqueira Campos, presidente do Mirim Brasil (Movimento Infantojuvenil de Reivindicação). "Considerando o cenário político de Pernambuco, onde a maioria dos deputados federais votou a favor da PEC, é provável muitos do júri tendam a pensar de acordo com eles", avalia.

As inscrições para participar da plateia do júri simulado encerraram-se quarta-feira, com o preenchimento das

800 vagas disponíveis. Apresentarão posicionamento contrário o desembargador do TJPE Luiz Carlos Figueiredo, o coordenador executivo do Gajop, Rodrigo Deodato de Souza Silva, e o deputado federal Tadeu Alencar, enquanto o desembargador do TJPE Bartolomeu Bueno, o advogado Moacir Veloso e o deputado federal Gonzaga Patriota argumentarão favoravelmente à redução da maioria penal. **(Com assessoria do TJPE)**

<b>Assunto:</b> Júri simulado debate maioria penal	
<b>Veículo:</b> Diário de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Política	<b>Seção:</b> ponto a ponto
<b>Página:</b> B2	<b>Data:</b> 13/07/2015

## DIÁRIO de PERNAMBUCO

### Isaltino contra

O secretário de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude (SDSCJ), Isaltino Nascimento, participa, hoje de evento que trata dos 25 anos da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente e contra a redução da maioria penal. O evento será no Centro de Convenções, em Olinda.



TERESA MAIA/DP/D.A.PRESS

<b>Assunto: TJPE promove júri simulado sobre redução da maioria penal</b>	
<b>Veículo: Jornal do Commercio</b>	
<b>Editoria: Política</b>	<b>Seção: Rápidas</b>
<b>Página: 3</b>	<b>Data: 13/07/2015</b>

## **jornal do commercio**

### **TJPE promove júri simulado sobre redução da maioria penal hoje**

No dia em que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completa 25 anos, hoje, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) promove um júri simulado com o objetivo de debater a redução da maioria penal, recém aprovada pelo Congresso Nacional. O evento ocorre a partir das 8h no Auditório Tabocas, no Centro de Convenções. Entre os debatedores estão dois deputados federais do PSB. O que votou a favor da redução, deputado Gonzaga Patriota, e Tadeu Alencar, contrário. Aos interessados, o TJPE vai transmitir o debate ao vivo através do site [www.tjpe.jus.br](http://www.tjpe.jus.br).

<b>Assunto: 25 anos do ECA - Júri simulado promovido pelo TJPE</b>	
<b>Veículo:</b> Folha de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Cotidiano	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> 3	<b>Data:</b> 13/07/2015



O **PILAR** do Estatuto da Criança e do Adolescente é a proteção integral. Mas cenas como a acima são comuns na cidade

# Princípios do ECA em debate 25 anos depois

■ **ARTIGO Nº 1**  
do estatuto prevê  
proteção integral à  
criança e ao  
adolescente. Esbarra  
na lei que reduz a  
maioridade penal

---

## Folha resume

Vinte e cinco anos depois da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, vários são os desafios para a garantia dos direitos desse público. Especialistas avaliam que alguns pontos avançaram, contudo, ainda falta mobilização política para efetivar o documento. E criticam a lei da redução da maioridade penal.

RODRIGO PASSOS

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completa, hoje, 25 anos. A criação do documento nasceu na pós-fervescência da Constituição Brasileira de 1988. Na ocasião, a situação das crianças e adolescentes era discutida no Mundo. E o Brasil se tomou pioneiro na implantação de um estatuto voltado para garantia dos direitos desse público. Duas décadas e meia depois os desafios ainda são gritantes. Em uma data tão simbólica, o País vive o auge da discussão sobre a redução da maioridade penal. Indo na contramão dos países que já adotaram a medida e voltaram atrás.

“Nessa comemoração, vivemos nosso momento mais crítico em relação às investidas de parte do congresso para a redução da maioridade”, lamentou o coordenador executivo do Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social (Cendhec), Ricardo Oliveira, lembrando que a proteção integral à criança e ao adolescente norteia toda a construção do documento.

Ideia que ainda depende de

assimilação social. “Um ditado diz que a lei acompanha um fato social. O estatuto foi a primeira lei no Brasil que se antecipou ao fato. Mas o impacto é de natureza cultural. Na sociedade como a nossa, que ainda discute igualdade de gênero, há uma distância para imaginar o direito da criança”, comentou o coordenador da Infância e Juventude de Pernambuco, o desembargador Luiz Carlos Figueiredo.

Ainda assim, a avaliação entre as conquistas e desafios nesses 25 anos de implantação e execução do ECA é positiva. “Um exemplo de sucesso do estatuto é o Cadastro Nacional de Adoção, o cadastro das crianças recolhidas - já que os juízes devem realizar audiências dentro das instituições para verificar quem pode ser liberado. O ECA criou filhotes de benefícios, mas outros só poderão existir se houver vontade política para colocar em prática”, disse Figueiredo.

O coordenador do Cendhec também elencou alguns pontos positivos como, por exemplo, a

formação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, além das ações de secretarias, órgãos públicos e sociedade civil, que utilizaram o ECA como direcionamento. “Essas iniciativas fazem parte do processo de consolidação. Outra contribuição é que o estatuto chama para atuação intersetorial e interdisciplinar, para que as políticas se articulem para dar conta das medidas das crianças e adolescentes. O ECA ganhou maturidade, principalmente depois da adoção dos conselhos tutelares”, destacou.

#### **VULNERABILIDADE**

Cenas que ferem as diretrizes do estatuto são cotidianas. Crianças vendendo pipoca ou limpando vidros em sinais de trânsito, muitas usando drogas por entre vias escuras. A vulnerabilidade social encurrala muitos desses jovens ao crime, ao tráfico. A consequência disso é o crescimento no número de jovens cumprindo medidas socioeducativas. O cenário se agrava quando a

questão da insegurança é latente. A sociedade clama por melhorias. O resultado disso é crianças sendo tratadas como adultos. “Alterar a idade de imputação penal para alguns crimes, além de ser inconstitucional, é loucura. Um caso de populismo para aproveitar a raiva da população com a impunidade geral, principalmente as provenientes dos detentores do poder”, comentou o desembargador, que também criticou a hipótese do aumento do tempo de internação dos jovens - hoje é de três anos. “Se tiver unidade de internação boa, não precisa de mais nada, nem mesmo aumentar o tempo. É mais fácil trabalhar com jovem que está entrando na delinquência do que com adulto viciado”, disparou.



---

## Saiba mais

---

**TJPE** - O TJPE, em celebração aos 25 anos do ECA, vai realizar, hoje, um júri simulado que terá como réu a redução da maioria penal. A iniciativa é da Coordenadoria da Infância e Juventude do Poder Judiciário Estadual, com coordenação do desembargador Luiz Carlos Figueiredo. O evento é no auditório Tabocas, no Centro de Convenções, às 8h.

<b>Assunto: Menção ao TJPE – Curso de Direito da Universo</b>	
<b>Veículo:</b> Folha de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Economia	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> 3	<b>Data:</b> 13/07/2015



## Cursos vão da teoria à prática

Quase todos os cursos da Universo desenvolve trabalhos de responsabilidade social. Mas o destaque fica para o curso de Direito. Através do Núcleo de Práticas Jurídicas, os alunos realizam atendimento dentro da universidade, visando aprender a mediar conflitos em órgãos como Procon e DPVAT. Também faz casamento coletivo, presta atendimento jurídico à comunidade e prepara para OAB. O professor Diogo Ferreira, diretor geral da instituição, adiantou que, a partir deste segundo semestre, está em negociação com o Tribunal de Justiça para implantar na Universo um Tribunal de Júri Real.

Na área de saúde, os cursos de Enfermagem, Fisioterapia, Nutrição e Educação Física desenvolvem projetos de responsabilidade social para atender a comunidade ao redor da universidade. O curso de Enfermagem tem parceria com o projeto nacional Anjos da Enfermagem, quando são escolhidos, através de seleção, dez alunos para visitar os hospitais. A

### Maioria das áreas desenvolve projetos de responsabilidade social

Universo equipou uma sala para abrigar o Programa de Saúde da Família durante cerca de cinco meses enquanto o prédio do programa é reformado. Através da Clínica Escola, os alunos de Fisioterapia em período de estágio têm uma vivência social ao trabalhar a reabilitação de 400 pessoas carentes da comunidade, que passaram por uma triagem realizada pelos professores do curso. Uma vez por semestre, os alunos do curso montam uma tenda na praia de Boa Viagem e fazem atendimento gratuito ao público.

Já os alunos do curso de Nutrição dispõem de uma sala específica para atender as pessoas que precisam realizar um acompanhamento nutricional, para emagrecimento ou reeducação alimentar. Também é feito periodicamente

panfletagem com informações nutricionais, de economia doméstica, entre outros. Segundo o professor, é importante que o aluno tenha contato com as pessoas carentes. “No mercado, o profissional que sai de uma universidade deve estar habilitado a trabalhar em clínica particular ou num programa do governo, neste último podendo fazer atendimento em domicílio.

O curso de Educação Física, licenciatura e bacharelado, desenvolve um trabalho com diversas oficinas recreativas e esportivas com os alunos e pais do Colégio Abelhinha. Outro projeto é o resgate de esporte e brincadeiras de rua, como queimada, amarelinha, brincadeira de roda, bandeirinha, entre outros. “Todos os projetos de responsabilidade social desenvolvidos

pela Universo têm três interfaces: dá oportunidade ao aluno de vivenciar a prática da profissão escolhida, levar a sociedade para conhecer a universidade e ajudar a comunidade próxima a instituição”, enfatizou o professor Diogo Ferreira.

<b>Assunto:</b> Júri simulado debate maioria penal	
<b>Veículo:</b> Diário de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Política	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> B5	<b>Data:</b> 12/06/2015

## DIÁRIO de PERNAMBUCO

### NO RECIFE

#### Contra a redução da maioria

A redução da maioria penal é tema de dois eventos em Pernambuco amanhã, aniversário de 24 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Pela manhã, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) promove um júri simulado sobre a PEC 171/1993. Seis pessoas debatem, sendo três favoráveis à proposta e três contrárias, diante de um

juri previamente inscrito. A peça, sem caráter decisivo, começa às 8h no Centro de Convenções. À tarde, a Frente Ampla Contra a Redução da Maioridade Penal e o Comitê #NãoÀRedução, dois coletivos que reúnem movimentos sociais, sindicatos e entidades diversas, vão realizar uma passeata com concentração às 14h, na Praça Oswaldo Cruz.



BRENO FORTES/CB/D.A. PRESS

<b>Assunto:</b> Ação judicial do torcedor Lucas Lyra – Lentidão processual	
<b>Veículo:</b> Diário de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Superesportes	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> C5	<b>Data:</b> 12/06/2015

## DIÁRIO de PERNAMBUCO

# Lentidão

## do processo

No dia 6 de abril de 2015, o juiz Ernesto Bezerra Cavalcanti, da Primeira Vara do Tribunal do Júri Capital, proferiu a sentença de pronúncia - quando o magistrado entende que o acusado deve ser julgado pelo Tribunal do Júri. A defesa de José Carlos Feitosa Barreto, entretanto, impetrou recurso, o que retardou o agendamento da audiência do júri. Em 10 de junho, o juiz acolheu os “embargos de declaração”, corrigindo um erro na decisão de pronúncia. A data da audiência do júri, porém, ainda não foi definida. Na última quinta-feira, 9, houve nova movimentação processual. Desta vez, assinada pela juíza Maria Segunda Gomes de Lima, que ratificou a pronúncia, determinando a remessa



ANNA CLARICE ALMEIDA/DP/D.A. PRESS

### Juíza remeteu os autos ao Tribunal de Justiça

dos autos ao Tribunal de Justiça de Pernambuco, para julgamento do recurso. Fato que, por conseguinte, atrasa um pouco mais o agendamento da audiência do júri. A demora fez com que a família lançasse uma petição online para entregar à Justiça quando atingir duas mil assinaturas, clamando por maior celeridade no caso.

<b>Assunto: 25 anos do ECA – Júri simulado no Centro de Convenções</b>	
<b>Veículo: Jornal do Commercio</b>	
<b>Editoria: Capa Dois</b>	<b>Seção: Repórter jc</b>
<b>Página: 2</b>	<b>Data: 11/06/2015</b>



## O Estatuto faz 25 anos

Nesta segunda-feira faz 25 anos da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente. É importante ser lembrado no momento em que o país discute a redução da maioria penal. Trata-se de um marco na regulamentação da legislação em defesa dos direitos desses jovens. Por causa dele há o que se comemorar: o trabalho e a mortalidade infantis, por exemplo, diminuíram; o acesso à escola, aumentou. Há, claro, muito o que se avançar, sobretudo no que diz respeito à violência. Nesse balanço se insere a PEC da Maioria Penal, que será tema de interessante iniciativa do Tribunal de Justiça de Pernambuco. O TJPE realizará um júri simulado para colocar no "banco dos réus" a decisão da Câmara dos Deputados, que aprovou a PEC. Será coordenado pelo desembargador Luiz Carlos Figueiredo, no Centro de Convenções de Pernambuco, a partir das 8h de segunda-feira. Especialistas e magistrados debaterão o assunto e depois o povo - a entrada é livre, mediante inscrição no [www.tjpe.jus.br](http://www.tjpe.jus.br) - registra seu voto em urna eletrônica. Um debate inteligente e necessário.

<b>Assunto: Mutirão de Negociação Fiscal</b>	
<b>Veículo: Jornal do Commercio</b>	
<b>Editoria: Economia</b>	<b>Seção:</b>
<b>Página: 2</b>	<b>Data: 11/06/2015</b>

**jornal do  commercio**

# Mutirão para quem deve ao Estado e à PCR

**TRIBUTOS** A partir desta quarta-feira (15) até o dia 20 deste mês, 24 guichês terão atendentes dedicados a negociar débitos com descontos de até 90% em juros e multas

**Q**uem possuir débitos de ICM, ICMS, IPVA, ICD, IPTU, ISS, ITBI e CIM poderá, até o dia 31, negociar com condições especiais, incluindo redução de multas e juros de até 90% e parcelamento em até 96 meses. Para ajudar o cidadão, o Governo do Estado, Prefeitura do Recife e Tribunal de Justiça (TJPE), com apoio da Corregedoria Nacional de Justiça, iniciarão no próximo dia 15 um mutirão de negociação fiscal no Centro de Convenções – que segue até o dia 20 deste mês.

Estrutura também contará com bancos

Serão quatro ilhas de atendimento, cada uma com 24 guichês. Ao chegar, o contribuinte recebe uma senha e aguardará sua vez de negociar. Quando fechar o acordo, poderá ir diretamente ao guichê de um dos bancos

parceiros (Brasil, Bradesco e Caixa Econômica Federal) para efetuar o pagamento.

O espaço contará ainda com caixas eletrônicos – para quem precisar sacar dinheiro na hora – e um espaço para recreação de crianças. “O mutirão é uma excelente oportunidade para os contribuintes regularizarem sua situação aproveitando benefícios expressivos. Está incluída na negociação cerca de 15% de toda a dívida do Estado de Pernambuco”, disse o procurador-chefe da Procuradoria da Fazenda Estadual, Rafael Amorim.

Toda essa estrutura funcionará inclusive no sábado, domingo e no feriado de Nossa Senhora do Carmo, nesta quinta-feira (16). “Temos 303 mil processos e R\$ 2,9 bilhões em créditos constituídos. Esperamos recuperar parte desses créditos, chamando para negociar, principalmente, pessoas físicas devedoras do IPVA”, destaca o secretário da Fazenda estadual, Márcio Stefanni Monteiro. Da parte da Prefeitura do Recife, são passíveis de negociação 400 mil débitos inscritos na dívida ativa do município.

<b>Assunto:</b> Mutirão de Negociação Fiscal	
<b>Veículo:</b> Folha de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Economia	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> 1	<b>Data:</b> 11/06/2015



Governo e Prefeitura promovem mutirão para pagamento

## Hora de renegociar débitos

■ **EXPECTATIVA**  
dos governos  
é de recuperar  
R\$ 100 milhões  
em crédito  
tributário  
durante a ação

### Folha resume

Se você tem dívidas com ICMS, IPVA, IPTU ou algum outro imposto que compete aos governos estaduais e municipais, fique atento. Entre os próximos dias 15 e 20, os governos vão promover um mutirão de negociação fiscal. O desconto em cima de juros e multas pode ser de até 90%.

Arthur Mota/Arquivo Folha



**"QUEM** está com dívidas deve a sociedade e não ao Estado", afirmou Monteiro

Em tempo de crise, o Governo do Estado e a Prefeitura do Recife, em parceria com o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), vão dar uma mãozinha aos cidadãos em débito com impostos estaduais e municipais, entre os próximos dias 15 e 20, com o objetivo de reforçar os cofres públicos. A expectativa dos governos é de recuperar R\$ 100 milhões em crédito tributário ao fim do mutirão de negociação fiscal, que acontecerá no Centro de Convenções, em Olinda.

Entre os impostos que integram a ação estão o ICMS, IPVA, IPTU, ISS e ITBI. A vantagem para quem aderir ao programa é que os valores de multa e juros poderão ser negociados com até 90% de desconto, caso sejam pagos à vista. Para os impostos referentes à Prefeitura, os valores podem ser divididos em parcelas: 12 vezes, com desconto de 70%; 24 vezes, com desconto de 50% e 36 meses, com desconto de 30%. Acima disso, não haverá desconto. Todas essas vantagens são referentes às multas e juros, e não ao valor da dívida.

A expectativa é que 33% da dívida ativa do município do Recife seja paga e que sejam arrecadados R\$ 2 bilhões, sendo R\$ 700 milhões apenas no setor imobiliário e R\$ 1,3 milhões em débitos mercantis.

## **ESTADO**

Já os impostos referentes ao Governo do Estado, os débitos com ICMS poderão ser pagos em até 12 vezes. Já o IPVA e o ICD, poderão ser parcelados em até 18 vezes. Os descontos variam entre 50% e 90%, sendo quanto menor o parcelamento, maior o desconto.

O secretário da Fazenda de Pernambuco, Márcio Stefanni Monteiro, ressaltou a oportunidade como um meio positivo de negociação e vantajoso para os que desejam quitar os débitos. “Quem está com dívidas deve a socieda-



de e não ao Estado, porque o imposto paga aquilo que é de todo mundo. Quem não está em dia fica sem condições de realizar alguns direitos, os que se regularizam podem usufruir dos bens e dos direitos de forma plena”, lembrou.

Coordenadora do mutirão, a juíza Ana Luiza Câmara

disse que o principal objetivo é recuperar o crédito público, fortalecendo o exercício da cidadania. “Teremos audiência para os grandes devedores, além de atendimento e guichê com três opções de bancos. A expectativa é receber cerca de 50 mil pessoas durante os seis dias de evento”, estimou.

## Saiba mais

### **ATENDIMENTO -**

Mesmo após o mutirão será possível procurar uma agência da Fazenda, até o dia 31, para ficar em dia com o fisco. O atendimento será realizado todos os dias, das 8h às 19h.

<b>Assunto: Mutirão de Negociação Fiscal</b>	
<b>Veículo:</b> Folha de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Economia	<b>Seção:</b> Folha Econômica
<b>Página:</b> 2	<b>Data:</b> 11/06/2015



■ **ACORDO 1 -**  
Débitos de tributos estaduais e municipais podem ser negociados a partir da próxima quarta, no Centro de Convenções, durante mutirão realizado pelo Estado, PCR e TJPE.

---

■ **ACORDO 2 -**  
Quem deve ICM, ICMS, IPVA, ICD, IPTU, ISS, ITBI e CIM poderá negociar, até o dia 20, a dívida com condições especiais, incluindo redução de multas e juros de até 90% e parcelamento em até 96 meses.

---

■ **ACORDO 3 -**  
No último mutirão, em fevereiro, cerca de 35 mil pessoas participaram, o que gerou uma recuperação de R\$ 35 milhões à vista e R\$ 145 milhões em créditos parcelados.

<b>Assunto: Suspenso exame para Conselho Tutelar do Recife – 8ª Vara da Fazenda Pública</b>	
<b>Veículo:</b> Folha de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Cotidiano	<b>Seção:</b> Folha da Cidade
<b>Página:</b> 2	<b>Data:</b> 11/06/2015



■ **CONDICA** - O Exame de Habilitação para os pré-candidatos a conselheiro tutelar do Recife foi novamente suspenso devido ao Mandado de Segurança impetrado na 8ª Vara da Fazenda Pública da Capital. Até o fim de julho, a Comissão Eleitoral do Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, deverá publicar nova data. Informações: 3355.4655 / 3355.4654.

**Assunto: Inauguração do Presídio de Santa Cruz do Capibaribe – Representantes do Judiciário consideram iniciativa positiva**

**Veículo:** Folha de Pernambuco

**Editoria:** Cotidiano

**Seção:**

**Página:** 2

**Data:** 11/06/2015



> AGRESTE

## Presídio de Santa Cruz é inaugurado

DIEGO MENDES

A superlotação nas unidades prisionais do Estado será amenizada com a inauguração do Presídio de Santa Cruz do Capibaribe, no Agreste, que foi entregue ontem e tem capacidade para 186 reeducandos. A região tem uma população carcerária superior a seis mil pessoas. Apesar de a quantidade de vagas criadas parecer pequena, representantes do MPPE e do Poder Judiciário a chamam a iniciativa positiva. Na construção da recente prisão, foram investidos R\$ 2,6

milhões. Os primeiros 50 presos serão transferidos de Caruaru na próxima semana.

As próximas unidades prisionais entregues serão as de Araçoiaba, Abreu e Lima e Tacaimbó, essa última com 90% da obra concluída e previsão de inauguração em setembro. Terá capacidade para 676 presos. Além de construir cadeias, o promotor de Justiça das Varas de Execuções Penais, Marcellus Ugietto, aponta outras medidas para desafogar o sistema prisional, entre elas a audiência de custódia. Nessa modalidade o

juiz escuta o acusado antes que seja encaminhado ao presídio e decide se deve ou não encarcerá-lo. Se não for preciso, o suspeito responderá em liberdade.

Essa proposta deve ser implantada no Estado no próximo mês, segundo o secretário de Justiça e Direitos Humanos, Pedro Eurico. “É preciso trabalhar a ressocialização. É isso que queremos fazer nessa unidade de Santa Cruz do Capibaribe”, disse, adiantando que a meta é transformar a unidade em referência. Para recuperar os infratores foram defi-



Clemilson Campos

**UNIDADE**, que terá cursos profissionalizantes para os reeducandos, servirá de modelo

nidas algumas atividades, além da ida as duas salas de aula existentes. “Vamos fazer parceria com uma empresa

local para abrir aqui uma fábrica têxtil, que é a vocação do município. Teremos ainda oficina de panificação. Nossa in-

tenção é qualificar essas pessoas para o mercado de trabalho”, disse o diretor da nova unidade Phelipe Melo.

<b>Assunto: Mutirão de Negociação Fiscal</b>	
<b>Veículo: Diário de Pernambuco</b>	
<b>Editoria: Economia</b>	<b>Seção:</b>
<b>Página: B8</b>	<b>Data: 11/06/2015</b>

# DIÁRIO de PERNAMBUCO

NEGOCIAÇÃO

## Mutirão voltado aos endividados

**MARINA MEIRELES**  
ESPECIAL PARA O DIÁRIO  
marinamelreles.pe@dabr.com.br

Quem tem débitos com o fisco terá, a partir da próxima semana, uma oportunidade para ficar em dia com os impostos das esferas municipal e estadual. Promovido pelo governo do estado, Prefeitura do Recife e Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), o Mutirão de Negociação Fiscal tem como objetivo diminuir o número de processos de execução fiscal, além de reunir os contribuintes que querem regularizar seus débitos junto ao município e ao estado para aumentar a arrecadação de impostos. Os contribuintes poderão reduzir o valor das multas e dos juros em até 90% e

negociar o parcelamento dos débitos em até 96 meses.

A previsão é de que, durante o mutirão, sejam arrecadados R\$ 100 milhões. O atendimento será no Centro de Convenções, entre os dias 15 e 20 deste mês, das das 8h às 19h. No espaço destinado ao evento haverá 96 guichês, divididos em quatro ilhas de atendimento para receber o público. O contribuinte receberá uma senha para negociar e, ao fechar o acordo, poderá seguir para o guichê dos bancos parceiros (BB, Bradesco e Caixa Econômica Federal) para efetuar o pagamento. O mutirão contará com o auxílio de 384 pessoas, entre juizes, servidores, procuradores e auditores fiscais do TJPE, do governo e da PCR.



Presidente do TJPE, o desembargador Frederico Neves chama os devedores

Para os que não puderem comparecer ao Centro de Convenções para regularizar os débitos durante o evento, é possível procurar qualquer agência do fisco estadual até o dia 31 de julho. Segundo o presidente do TJPE, desembargador Frederico Neves, o mutirão já havia acontecido no Distrito Federal em março e, a pedido da ministra do

Superior Tribunal de Justiça (STJ), Fátima Nancy Andrighi, teve edição agendada em Pernambuco para incentivar a promoção da iniciativa em outros estados do Nordeste. "Qualquer pessoa com débitos nos impostos estaduais e fiscais pode participar do mutirão, sem necessidade de processos na justiça", explica. De acordo com a juíza Ana

Luíza Câmara, coordenadora do evento, a expectativa é de que o resultado obtido no mutirão de Pernambuco seja semelhante ao do evento realizado no Distrito Federal. "Somente nos débitos pagos à vista foram arrecadados R\$ 64 milhões. Nos débitos parcelados, foram arrecadados mais de R\$ 100 milhões", conta a juíza.

ASSIS LIMA/ASCOM/TJPE

### + saibamais

#### Tributos estaduais

##### ICM | ICMS

Parcelamento em até 12 vezes, com valor mínimo de R\$ 100 por parcela

##### IPVA | ICD

Parcelamento em até 18 vezes, com valor mínimo de R\$ 100 por parcela

#### Tributos municipais

##### IPTU | ISS | ITBI | CIM

Para o pagamento à vista, o desconto nas multas e juros é de 90%

#### Parcelamentos:

EM 12 VEZES:  
desconto de 70%

EM 24 VEZES:  
desconto de 50%

ACIMA DE 36 VEZES:  
sem desconto

Fonte: Ana Luíza Câmara, coordenadora do Mutirão de Negociação Fiscal

<b>Assunto:</b> Inauguração do Presídio de Santa Cruz do Capibaribe – Juíza Orleide Nascimento	
<b>Veículo:</b> Diário de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Local	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> A6	<b>Data:</b> 11/06/2015

**DIÁRIO** de PERNAMBUCO

# Presos mais próximos de suas famílias

## Unidade com 186 vagas, inaugurada ontem em Santa Cruz do Capibaribe, vai humanizar o cumprimento das condenações

LARISSA RODRIGUES  
larissarodrigues.pe@dabr.com.br

**C**inquenta presos de Caruaru serão os primeiros transferidos para a Penitenciária de Santa Cruz do Capibaribe, inaugurada ontem pelo governo do estado. Além de reduzir a superlotação em outras duas unidades da região, o objetivo da unidade é trazer os presos de Santa Cruz para perto de suas famílias e humanizar o cumprimento das penas.

A penitenciária situada às margens da PE-160 tem capacidade para receber 186 detentos, distribuídos em 22 celas e oito mil m<sup>2</sup>. Os primeiros detentos que serão acolhidos lá estão atualmente na Penitenciária Juiz Plácido de Sousa, que tem capacidade para 380 reeducandos, mas é ocupada por 1.832 presos.

A nova unidade também receberá presos da Penitenciária Doutor Ênio Pessoa Guerra, em Limoeiro, que tem capacidade para 423 detentos, mas tem 1,4 mil. O centro prisional de Santa Cruz custou R\$ 2,6 milhões, em investimentos do Departamento Penitenciário Nacional e do governo do estado. A obra teve duração de dois anos.

Até o fim do ano, o estado pretende inaugurar o Presídio de Segurança Máxima de Ta-



GUILHERME VERISSIMO/ESP DP/DA PRESS



**Penitenciária foi erguida ao longo de dois anos e custou R\$ 2,6 milhões**

**Estrutura vai contar com salas de aula. Presos também farão atividades profissionais**

caimbó, também no Agreste, onde serão disponibilizadas 676 vagas. De acordo com o secretário estadual de Justiça e Direitos Humanos, Pedro Eurico, outra unidade está prevista para ser aberta no início do ano que vem - o Presídio de Segurança Máxima de Abreu e Lima, com 593 vagas.

Em Santa Cruz, Eurico ressaltou que o objetivo é iniciar uma nova fase do sistema prisional. "Queremos fazer desse local um centro de refe-

rência, onde os detentos possam obter conhecimento, porque é assim que a gente civiliza", declarou.

O promotor da Vara de Execuções Penais do estado, Marcellus Ugietto, considerou a inauguração um passo importante para reduzir a superlotação da região. "Mas não se resolve o problema do sistema carcerário apenas com a construção de unidades. É preciso promover o desencarceramento responsável com uso

da tecnologia e mais agentes penitenciários", ponderou.

Já a juíza da Terceira Vara de Execuções Penais, que abrange cinco cidades do Agreste, Orleide Rosélia Nascimento, diz que a convivência próxima da família deve contribuir para uma segregação mais digna. "Será mais um ponto de inclusão", observou. Ela é responsável pelas cidades de Limoeiro, Pesqueira, Caruaru, Canhotinho e penitenciária feminina de Buíque.

## Esquema de segurança reforçado

O diretor da nova unidade, Phelipe Melo, afirmou que foi preparado um esquema de monitoramento interno e externo para garantir a segurança dos detentos e da população de Santa Cruz. Além disso, destacou que o objetivo é colocar os presos para trabalhar. "Temos uma mi-

neoficina de padaria e outra de cozinha e estamos tentando trazer uma fábrica para dentro da unidade. Também há duas salas de aula e uma biblioteca", relatou.

Comandante-geral da Polícia Militar, o coronel Pereira Neto informou que 56 PMs foram selecionados para

atuar na unidade. São PMs que residem na região e concluíram a última turma de formação de soldados. Eles passarão a integrar o 24º BPM. "Morando aqui terão facilidade de cumprir as escalas de serviço determinadas. Trabalharão na guarda externa da unidade", destacou.

O prefeito de Santa Cruz do Capibaribe, Edson Vieira, garantiu que o poder público da cidade será parceiro das ações de ressocialização do estado. "Esperamos que os detentos de Santa Cruz possam voltar à cidade para perto de suas famílias e possamos comemorar números positivos."

<b>Assunto: Júri simulado debate maioria penal</b>	
<b>Veículo: G1 Pernambuco</b>	<b>Data: 13/07/2015</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



PERNAMBUCO



NO RECIFE

**Júri simulado debate a  
maioridade penal**



<b>Assunto:</b> Justiça, Câmara e sociedade 'julgam' a redução da maioria penal em PE	
<b>Veículo:</b> G1 Pernambuco	<b>Data:</b> 13/07/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## Justiça, Câmara e sociedade 'julgam' a redução da maioria penal em PE

*Entidades participam de júri que coloca o tema no banco dos réus nesta 2ª. Sessão começa às 8h no Centro de Convenções e será transmitida na web.*



Um júri simulado que vai discutir a redução da maioria penal acontece nesta segunda-feira (13) no Auditório Tabocas, no Centro de Convenções de Pernambuco, em Olinda. A redução será colocada no banco dos réus, para que membros da Justiça, da Câmara dos Deputados e da sociedade civil apresentem argumentos contrários e favoráveis ao tema. Após a sessão, a população será convidada a revelar

sua opinião sobre o tema em uma urna da TV Globo Nordeste.

Organizado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), o júri começa às 8h e será transmitido ao vivo pelo site da TV Justiça. As cadeiras do Auditório Tabocas também estarão cheias de pessoas interessadas no tema. Segundo o desembargador da Infância e Juventude do TJPE Luiz Carlos Figueiredo, coordenador do evento, as 800 vagas foram preenchidas em menos de uma semana pela internet.

A discussão marca o aniversário de 25 anos do Estatuto de Criança e do Adolescente (ECA), que precisará passar por alterações se a proposta de redução da maioria penal entrar mesmo em vigor. E o tema do evento comemorativo foi escolhido por conta da mobilização e das implicações da aprovação da redução pela Câmara dos Deputados, segundo Figueiredo. A proposta foi aprovada em 2 de julho, mas vem sendo questionada por parte da Casa e da população brasileira.

Para esclarecer possíveis dúvidas sobre o assunto, o júri desta segunda vai contar com a participação de desembargadores, políticos e entidades sociais contrários e favoráveis ao tema. Serão três debatedores de cada lado: na acusação, estarão o desembargador Luiz Carlos Figueiredo; o coordenador executivo do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajop), Rodrigo Deodato de Souza Silva; e o deputado federal Tadeu Alencar (PSB). Já da defesa farão parte o desembargador do TJPE Bartolomeu Bueno, o advogado Moacir Veloso e o deputado federal Gonzaga Patriota (PSB).

Todos os argumentos serão avaliados por um júri composto por representantes de 15 entidades da sociedade civil. Entre elas estão os Conselhos Regionais de Serviço Social (Cress), Psicologia (CRP) e Medicina (Cremepe); a Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional [Pernambuco](#) (OAB-PE); o Sindicato dos Professores do Estado (Sinpro); e a Associação dos Delegados de Polícia do Estado de Pernambuco (Adeppe). Ao final do júri, todos eles terão que se posicionar contra ou a favor da redução da maioria penal e justificar sua escolha, para que se chegue a uma sentença. Os espectadores também darão sua opinião e dirão se mudaram de posição com o debate na urna da Globo.

<b>Assunto: Mutirão de Negociação Fiscal</b>	
<b>Veículo: G1 Pernambuco</b>	<b>Data: 13/07/2015</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



PERNAMBUCO



## **Mutirão oferece desconto de até 90% para pagamento de imposto atrasado**

*Ação é voltada para quem tem dívida com o Estado e a Prefeitura do Recife. Interessados devem ir ao Centro de Convenções a partir do dia 15 de julho.*

A partir da próxima quarta-feira (15), o Centro de Convenções de Pernambuco, no Grande Recife, vai receber um mutirão de negociação para quem tem débitos de impostos cobrados pelo governo estadual e pela Prefeitura do Recife. A ação é voltada para devedores de ICM, ICMS, IPVA, ICD, IPTU, ISS, ITBI e CIM, que poderão negociar o pagamento atrasado com condições especiais, incluindo redução de multas e juros de até 90% e parcelamento em até 96 meses.

Quatro ilhas de atendimento, cada uma com 24 guichês, serão montadas no Pavilhão de Feiras do Centro de Convenções. Após negociar o débito, o contribuinte poderá efetuar o pagamento em postos de agências bancárias que também serão disponibilizados no espaço. Organizado pelo Governo do Estado, Prefeitura do Recife e Tribunal de Justiça (TJPE), com apoio da Corregedoria Nacional de Justiça, o mutirão segue até 20 de julho. O atendimento será feito das 8h às 19h.

O objetivo da ação é solucionar o maior número de processos de execução fiscal, resultando em incremento na arrecadação estadual e municipal. O programa estadual prevê redução de multas e juros entre 50% e 90%, com pagamento à vista ou parcelado. O parcelamento de débitos do ICM e do ICMS poderá ser feito em até 12 vezes, com valor mínimo de R\$ 100 por parcela. Já débitos do IPVA e do ICD podem ser divididos em até 18 vezes, também com valor mínimo de R\$ 100.

A redução na multa, no caso de auto de infração ou apreensão, é de 70% para pagamento à vista e 50% no parcelado. Para auto de lançamento sem penalidade, há redução de 90% nos juros para pagamento à vista e 70% com parcelamento. Nos demais casos, a redução da multa é de 90% à vista e 70% no parcelado; e de 90% nos juros à vista e 70% com parcelamento. Saldos remanescentes de débitos parcelados anteriormente podem ser reparcelados. Quem não tiver condições de comparecer ao Centro de Convenções durante o mutirão, poderá procurar qualquer agência do fisco estadual até 31 deste mês para regularizar a situação.

Segundo a Prefeitura do Recife, são passíveis de negociação mais de 400 mil débitos inscritos na dívida ativa do município. Durante o mutirão, aqueles que optarem pelo pagamento à vista terão desconto de 90% nas multas e juros. Para os parcelamentos em 12 vezes o desconto será de 70%; para 24 vezes o desconto é de 50%. Por fim, serão garantidos 30% de desconto para aqueles que parcelarem em 36 meses. As opções de parcelamento das taxas e tributos municipais chegam a 96 meses.

<b>Assunto: Júri simulado sobre a redução da maioria penal marca os 25 anos do ECA</b>	
<b>Veículo:</b> diariodepernambuco.com.br	<b>Data:</b> 13/07/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



### **Júri simulado sobre a redução da maioria penal marca os 25 anos do ECA**

Nesta segunda-feira, dia 13 de julho, quando se completam 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), acontece um júri simulado com o tema "A redução da maioria penal no banco dos réus". O evento acontece das 8h às 13h, no Auditório Tabocas, Centro de Convenções de Pernambuco, em Olinda.

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Frederico Neves e o secretário de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude (SDSCJ), Isaltino Nascimento, foram convidados para fazer parte da mesa de abertura do evento.

Seis debatedores farão parte do júri simulado. O coordenador da Infância e Juventude, desembargador Luiz Carlos Figueiredo, o coordenador executivo do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajop), Rodrigo Deodato de Souza Silva, e o deputado federal Tadeu Alencar apresentarão posicionamento contrário à redução da maioria penal. Já o desembargador Bartolomeu Bueno, o advogado Moacir Veloso e o deputado federal Gonzaga Patriota argumentarão favoravelmente à redução da maioria penal.

Qualquer pessoa pode participar do júri simulado mas precisa preencher um formulário eletrônico no portal do TJPE ([www.tjpe.jus.br](http://www.tjpe.jus.br)). Magistrados, servidores públicos, estudantes universitários e secundaristas, além de outros interessados no tema, poderão participar como observadores do debate. Será concedido certificado aos participantes. Após o término do debate, o público poderá registrar o seu posicionamento numa urna eletrônica que estará disponível no local.

<b>Assunto: ECA completa 25 anos – Júri Simulado promovido pelo TJPE</b>	
<b>Veículo:</b> diariodepernambuco.com.br	<b>Data:</b> 13/07/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Aniversário do ECA aquece debate sobre maioria penal**

*Vários eventos em Pernambuco tem como tema a Proposta de Emenda à Constituição 171/1993 nesta segunda (13), dia em que o Estatuto da Criança e do Adolescente completa 25 anos*

A redução da maioria penal é a grande pauta política em Pernambuco nesta segunda-feira (13), aniversário de 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Pela manhã, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) promove um júri simulado sobre a PEC 171/1993. À tarde, a Frente Ampla Contra a Redução da Maioria Penal e o Comitê #NãoÀRedução, dois coletivos que reúnem movimentos sociais, sindicatos e entidades diversas, vão realizar uma passeata para lembrar a necessidade de se cumprir o ECA em sua totalidade. A concentração será às 14h, na Praça Oswaldo Cruz, em Santo Amaro, área central do Recife.

No júri simulado, seis pessoas debatem, sendo três favoráveis à proposta e três contrárias, diante de um corpo de jurados, que escolhe um lado ao final. A peleja começa às 8h no Centro de Convenções de Pernambuco. Embora não tenha caráter decisivo, o resultado pode servir de objeto de argumentação para o vencedor. É o que acredita Sylvia Siqueira Campos, presidente do Mirim Brasil (Movimento Infantojuvenil de Reivindicação), que acha a ideia “perigosa”. “Considerando o cenário político de Pernambuco, em que a maioria dos deputados federais votou a favor da PEC, é provável que as pessoas inscritas para o júri tendam a pensar de acordo com os que votam a favor”, avalia.

A preocupação com uma falta de representação da parcela contrária à redução no evento é motivada pelo fato de que boa parte desses movimentos estarão na Assembleia Legislativa do estado, onde ocorre na mesma hora uma audiência da CPI da Violência Contra os Jovens Negros e Pobres, da Câmara dos Deputados. “Sempre há um componente racista e classista na posição favorável à redução, mas quem tem trabalhado no enfrentamento não vai poder estar no júri”, conclui.

<b>Assunto: Estatuto da criança completa 25 anos – Júri Simulado</b>	
<b>Veículo:</b> diariodepernambuco.com.br	<b>Data:</b> 13/07/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>

**DIARIO** de **PERNAMBUCO**  
.com.br

## **Estatuto da criança completa 25 anos**

*Documento lançado em 1990 ainda precisa ser implantado em sua totalidade, apesar de conquistas importantes registradas no período. Aniversário ocorre em meio à discussão sobre a maioridade penal*



Lívia atua na ONG Mirim Brasil na defesa de jovens. Foto: Júlio Jacobina/DP/D.A.Press

Lívia Oliveira tem 14 anos e um papel importante na defesa dos jovens. É presidente da executiva infanto juvenil da ONG Mirim Brasil, do Comitê #NãoÀRedução. Dia desses, participou de uma ação no Recife Antigo onde o foco era abordar frequentadores do bairro e discutir com eles a proposta de redução da maioridade penal de 18 para 16 anos. Hoje, dia de celebração dos 25 anos da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), trabalhos como o de Lívia ainda precisam ser multiplicados. Os avanços para a geração que nasceu após a implantação da lei 8.069, de 1990, são inquestionáveis, segundo dados da Unesco e de especialistas na área de infância e juventude. Porém, nem tudo é motivo de comemoração.

“Avançamos no reconhecimento da criança e do adolescente como seres de direitos, mas não há uma política nacional de disseminação da lei. Poucos conhecem a legislação. Temos hoje a cultura da impunidade e de desrespeito à lei federal e não vemos responsabilização de gestores do executivo, principalmente”, analisa Valéria

Nepomuceno, professora do curso de serviço social da Universidade Federal de Pernambuco e há mais de vinte anos acompanhando o setor.

Fundador do Observatório das Favelas e professor da Universidade Federal Fluminense, ambas instituições do Rio de Janeiro, Jaílson de Souza e Silva também reconhece avanços do estatuto, por exemplo, quanto à mortalidade infantil. “A mortalidade de jovens, no entanto, cresce. O sentimento hoje é de ‘monstrualização’ do adolescente pobre. E monstro a gente elimina. O traficante, dizem, já foi tarde. Bandido bom é bandido morto, falam outros. Além disso, a cobertura da mídia é maior quando o adolescente mata e não quando é vítima. O adolescente pobre e negro é objeto de medo”, reflete. Jaílson considera, ainda, que o maior erro hoje está no que ele chama de grupos fundamentalistas, “que se recusam a discutir mudanças no estatuto, como se fosse um texto sagrado, um alcorão”.

A ausência de uma rede articulada de proteção à infância e adolescência, além da crise financeira vivenciada pelas ONGs brasileiras também são citadas como empecilhos para o bom cumprimento do estatuto. “A lei sozinha não funciona. A retaguarda age de maneira desintegrada. O Judiciário não dialoga com o executivo e as ongs têm cada vez menos recursos da cooperação internacional”, destaca Ana Dourado, historiadora e especialista na história da infância e direitos da criança. Os planos municipais, diz Ana, também precisam ser elaborados com diagnósticos mais precisos e orçamentos realistas para que as políticas públicas sejam implantadas no período de dez anos, como prevê o documento.

Fazer cumprir a lei. Na opinião de Lívia Oliveira, não adianta encaminhar adolescentes infratores para presídios de adultos sem investir em educação integral, prevista no estatuto, como quer a maioria dos congressistas. “Sou contra reduzir a maioria penal. Não ataca a causa da violência, entre elas, a desigualdade social. Só ataca o efeito. Eles saem com mais raiva lá de dentro”, raciocina.

### **Maioridade penal no centro do debate**

Vários eventos no estado lembram, durante a semana, os 25 anos do estatuto. Hoje, por exemplo, está programado um júri simulado, organizado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, sobre redução da maioria penal. Seis debatedores farão parte do júri. Três se posicionarão contra o projeto e outros três serão favoráveis à PEC 171/1993. O júri acontece no Centro de Convenções, em Olinda, das 8h às 13h.

Também hoje haverá uma caminhada no Centro do Recife contra a redução da maioria penal, organizada pela Frente Ampla Pernambuco Contra a Redução da Maioridade Penal. A partir das 14h na Praça Osvaldo Cruz, de onde os manifestantes seguem para a Avenida Conde da Boa Vista, Ponte Duarte Coelho, Avenida Guararapes, Avenida Dantas Barreto e Praça do Carmo.

O Conselho Regional de Serviço Social preparou três seminários. No Recife, será amanhã, no auditório da Uninassau, na Avenida Dantas Barreto, no 6º andar, das 13h30 às 17h30. Em Garanhuns, acontece na quarta-feira, no Auditório da Gerência Executiva do INSS, das 14h às 17h30. Em Salgueiro, será na quinta-feira, no auditório da Gerência Regional de Educação, das 8h às 12h.

No Centro de Formação dos Servidores e Empregados Públicos de Pernambuco, acontece, amanhã, das 9h às 13h, o Seminário dos 25 anos do ECA e seus desafios, pela Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude, na Rua Tabira, nº 252, Boa Vista. Nos dias 14, 15 e 16 de outubro haverá o seminário Nas trilhas da proteção integral de crianças e adolescentes, na Fafire.



<b>Assunto: Mutirão de negociação de débitos começa na próxima quarta no Centro de Convenções</b>	
<b>Veículo:</b> folhape	<b>Data:</b> 13/07/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Mutirão de negociação de débitos começa na próxima quarta no Centro de Convenções**

*População terá até 90% de desconto para quitar valores de tributos fiscais e municipais*

Foi anunciado, nesta sexta-feira (10), durante coletiva de imprensa, no Palácio da Justiça, localizado na Praça da República, as vantagens que os cidadãos com dívida com impostos terão ao tentar negociar os débitos. Esse benefício poderá ser realizado durante o mutirão de negociação fiscal, que começa na próxima quarta-feira (15) e vai até a segunda-feira (20), no Centro de Convenções, em Olinda.

A expectativa é que nos cinco dias de evento sejam arrecadados R\$ 100 milhões em tributos municipais e estaduais. Quem participar do mutirão poderá negociar tributos fiscais estaduais e municipais do ICM, ICMS IPVA, ICD, IPTU, ISS, ITBI e CIM. A vantagem é que os valores de multa e juros poderão ser negociados com até 90% descontos à vista.

Quem quiser quitar as dívidas e não puder comparecer poderá procurar uma agência de fisco estadual até o dia 31. Os atendimentos irão acontecer das 8h às 19h, todos os dias, inclusive nos finais de semana. O ato é uma iniciativa do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), do Governo do Estado e da Prefeitura do Recife.

<b>Assunto: Mandado de Segurança 8ª Vara da Fazenda Pública do Recife</b>	
<b>Veículo:</b> folhape	<b>Data:</b> 13/07/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



**CONDICA** - O Exame de Habilitação para os pré-candidatos a conselheiro tutelar do Recife foi novamente suspenso devido ao Mandado de Segurança impetrado na 8ª Vara da Fazenda Pública da Capital. Até o fim de julho, a Comissão Eleitoral do Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, deverá publicar nova data. Informações: 3355.4655 / 3355.4654.

<b>Assunto: TJPE promove júri simulado para redução da maioria penal</b>	
<b>Veículo:</b> JConoline	<b>Data:</b> 13/07/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>

## jornal do commercio

### **TJPE promove júri simulado para redução da maioria penal**

*O evento, aberto ao público, acontece a partir das 8h no Auditório Tabocas, no Centro de Convenções*



Palácio da Justiça  
JC Imagem

No dia em que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completa 25 anos, nesta segunda (13), o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) promove um júri simulado no qual debaterá a Redução da Maioridade Penal, recém aprovada pelo Congresso Nacional. O evento, aberto ao público, acontece a partir das 8h no Auditório Tabocas, no Centro de Convenções.

O júri simulado contará com seus debatedores. De um lado, contrário à redução, estarão o desembargador do TJPE, Luiz Carlos Figueiredo, o coordenador executivo do Gajop, Rodrigo Deodato, e o deputado federal Tadeu Alencar (PSB). Do outro, à favor, estarão o desembargador Bartolomeu Bueno, o advogado Moacir Veloso e o deputado federal Gonzaga Patriota, também do PSB.

O corpo de jurados será formado por 15 representantes de entidades da sociedade civil. Os interessados em participar como observadores poderão registrar seu posicionamento em votação em urna eletrônico, ao término. As inscrições para participar já se encerraram, mas é possível acompanhar o julgamento através da transmissão ao vivo, disponível no site do TJPE, [aqui](#).

<b>Assunto: Mutirão de negociação fiscal começa quarta (15)</b>	
<b>Veículo:</b> Blog da Folha	<b>Data:</b> 13/07/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## Mutirão de negociação fiscal começa quarta (15)



*O evento será realizado conjuntamente pelo Governo do Estado, PCR e TJPE com apoio da Corregedoria Nacional de Justiça (Foto: Inaldo Lins/PCR)*

Começa nesta quarta-feira (15), no Centro de Convenções de Pernambuco, o mutirão de negociação fiscal. O evento, realizado conjuntamente pelo Governo do Estado, Prefeitura do Recife e Tribunal de Justiça (TJPE), com apoio da Corregedoria Nacional de Justiça, representa uma excelente oportunidade para aqueles que desejam ficar em dia com os fiscos. Quem possuir débitos de ICM, ICMS, IPVA, ICD, IPTU, ISS, ITBI e CIM poderá, até o dia 20, negociar com condições especiais, incluindo redução de multas e juros de até 90% e parcelamento em até 96 meses.

No Pavilhão de Feiras do Centro de Convenções funcionarão quatro ilhas de atendimento ao cidadão, cada uma com 24 guichês. Ao chegar, o contribuinte recebe uma senha e aguardará sua vez de negociar. Quando fechar o acordo, poderá ir diretamente ao guichê de um dos bancos parceiros (Brasil, Bradesco e Caixa Econômica Federal) para efetuar o pagamento. Ao lado dos bancos haverá, ainda, caixas eletrônicos para quem precisar sacar dinheiro e um espaço para recreação de crianças.

O TJPE destacou 10 juízes e 180 servidores para a realização de audiências e atendimento ao público. Da parte do Governo de Pernambuco serão 18 auditores fiscais da Secretaria da Fazenda (Sefaz-PE) e 17 procuradores da Procuradoria Geral do Estado (PGE). Já a Prefeitura do Recife destacará 20 procuradores que se revezarão no

atendimento ao contribuinte. Toda essa estrutura funcionará inclusive no sábado, domingo e no feriado de Nossa Senhora do Carmo (16).

O objetivo do mutirão é solucionar o maior número de processos de execução fiscal, resultando em incremento na arrecadação estadual e municipal. Ao aderir às condições de negociação, o cidadão ganha duas vezes, pois, ao mesmo tempo em que regulariza sua situação, o pagamento retorna na forma de serviços e obras que melhoram sua cidade e o seu estado.

“Nossa expectativa é obter resultado semelhante ao do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, que em fevereiro de 2015 realizou o primeiro mutirão do gênero no país. Na ocasião, cerca de 35 mil pessoas participaram, significando a recuperação de R\$ 35 milhões à vista e R\$ 145 milhões em créditos parcelados”, afirma a juíza Ana Luiza Câmara, coordenadora do mutirão. O TJPE integra o Programa Nacional de Governança Diferenciada das Execuções Fiscais, da Corregedoria Nacional de Justiça.

### **Governo do Estado**

Da parte do Governo do Estado, o mutirão é uma das ações previstas pela Lei Complementar nº 302 de 23 de junho de 2015, que instituiu o Programa de Recuperação de Créditos Tributários, elaborado pela Sefaz-PE em parceria com a PGE.

“Temos 303 mil processos e R\$ 2,9 bilhões em créditos constituídos. Esperamos recuperar parte desses créditos, chamando para negociar, principalmente, pessoas físicas devedoras do IPVA”, destaca o secretário da Fazenda estadual, Márcio Stefanni Monteiro.

O programa estadual prevê redução de multas e juros em percentuais que variam entre 50% e 90% com pagamento à vista ou parcelado. O parcelamento de débitos do ICM e do ICMS poderá ser feito em até 12 vezes, com valor mínimo de R\$ 100 por parcela. Já os débitos do IPVA e do ICD podem ser parcelados em até 18 vezes, também com valor mínimo de R\$ 100 por parcela.

A redução na multa, no caso de auto de infração ou apreensão, é de 70% para pagamento à vista e 50% no parcelado. Para auto de lançamento sem penalidade, há redução de 90% nos juros para pagamento à vista e 70% com parcelamento. Nos demais casos, a redução da multa é de 90% à vista e 70% no parcelado; e de 90% nos juros à vista e 70% com parcelamento. Saldos remanescentes de débitos parcelados anteriormente podem ser reparcelados. Quem não tiver condições de comparecer ao Centro de Convenções durante o mutirão, poderá procurar qualquer agência do fisco estadual até 31 deste mês e regularizar sua situação.

### **PCR**

Da parte da Prefeitura do Recife, são passíveis de negociação mais de 400 mil débitos inscritos na dívida ativa do município. Durante o evento, os contribuintes contarão com todas as facilidades disponíveis no Plano de Pagamento e Parcelamento Incentivado, em funcionamento desde janeiro deste ano. Aqueles que optarem pelo pagamento à vista terão desconto de 90% nas multas e juros. Para os parcelamentos em 12 vezes o desconto será de 70%; para 24 vezes o desconto é de 50%. Por fim, serão garantidos

30% de desconto para aqueles que parcelarem em 36 meses. As opções de parcelamento das taxas e tributos municipais chegam a 96 meses.

“Teremos uma grande estrutura para receber o cidadão, com conforto e concentração de oferta para que o contribuinte saia de lá com sua situação resolvida”, ressalta o secretário de Assuntos Jurídicos do Recife, Ricardo Correia. Ele lembra que a negociação evita sanções mais severas, como bloqueio de contas correntes e leilões judiciais de bens imóveis.

<b>Assunto: Menção ao TJPE – Deputado Daniel Coelho</b>	
<b>Veículo:</b> Blog da Folha	<b>Data:</b> 13/07/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Daniel e Ettore se “estranham”**

As declarações do prefeito de São Lourenço da Mata, Ettore Labanca (PSB), repercutiram mal nas hostes do PSDB. Na coluna Fogo Cruzado do jornalista Inaldo Sampaio, publicada ontem pela Folha, o socialista afirmou que não existe lógica no fato do PSDB ter compromisso com o governador Paulo Câmara (PSB) e não se engajar na reeleição do prefeito do Recife, Geraldo Julio. Apesar do administrador ressaltar que falava em nome próprio, o fato de estar prestes a tomar posse do comando da Agência Reguladora de Pernambuco, e da possibilidade dele assumir uma frente na articulação política da administração socialista, deixou os tucanos ainda mais agitados.

Ontem, o deputado federal Daniel Coelho (PSDB) teria entrado em contato o secretário da Casa Civil, Antônio Figueira (PSB), para pedir esclarecimentos sobre as declarações. Procurado pela reportagem, o tucano disfarçou e disse que o contato foi feito “pelo partido” e não por ele. “O PSDB se comunicou com Figueira e disse que não aceita esse tipo de provocação pelo jornal”, amenizou. Na conversa, Figueira teria tentado desfazer o mal-estar e garantido que a declaração de Labanca não representa a opinião do Palácio.

Principal alvo da crítica, Daniel Coelho disparou que o governador Paulo Câmara (PSB) deveria “colocar o aliado no lugar dele” para não atrapalhar a relação do governo com os partidos da base. “Enfraquece o governo, porque Labanca é conhecido como um cara desastrado, de pouca expressão no Estado e ele não pode responder pelo governo. Ele deve ficar calado sobre assuntos do governo”, bateu Coelho.

Em resposta, Labanca não poupou críticas e lembrou o escândalo na Câmara Municipal do Recife, nos anos de 2006 e 2007. O tucano foi absolvido das acusações pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) no ano passado.

“Daniel Coelho é uma figura conhecida pelas falcatruas que fez durante o seu mandato na Câmara Municipal coma verba de gabinete. É uma figura desprezível, eu não vou perder meu tempo dando resposta a uma figura que só quer aparecer. Ele coloca uma melancia na cabeça e vá procurar uma outra freguesia”, rebateu.

Presidente municipal do PSDB, o vereador André Régis foi mais contido e garantiu que os acordos na aliança entre PSB e PSDB não envolvem o Recife. “Pelo argumento dele, PSDB e PSB deveriam marchar juntos em todos os municípios. Isso não está presente em nenhum acordo. E eles não envolvem o Recife”, afirmou.

<b>Assunto: TJPE promove júri simulado para redução da maioria penal</b>	
<b>Veículo:</b> Blog de Jamildo	<b>Data:</b> 13/07/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **TJPE promove júri simulado para redução da maioria penal**

No dia em que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completa 25 anos, nesta segunda (13), o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) promove um júri simulado no qual debaterá a Redução da Maioridade Penal, recém aprovada pelo Congresso Nacional. O evento, aberto ao público, acontece nesta manhã no Auditório Tabocas, no Centro de Convenções.

O júri simulado conta com seus debatedores. De um lado, contrário à redução, estarão o desembargador do TJPE, Luiz Carlos Figueiredo, o coordenador executivo do Gajop, Rodrigo Deodato, e o deputado federal Tadeu Alencar (PSB). Do outro, à favor, estarão o desembargador Bartolomeu Bueno, o advogado Moacir Veloso e o deputado federal Gonzaga Patriota, também do PSB.

O corpo de jurados será formado por 15 representantes de entidades da sociedade civil. Os interessados em participar como observadores poderão registrar seu posicionamento em votação em urna eletrônico, ao término. As inscrições para participar já se encerraram, mas é possível acompanhar o julgamento através da transmissão ao vivo, disponível no site do TJPE, [aqui](#).



<b>Assunto: Em nota, Sinpol repudia determinação do TJPE de bloquear R\$ 90 mil das contas do sindicato</b>	
<b>Veículo:</b> Blog de Jamildo	<b>Data:</b> 13/07/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## Em nota, Sinpol repudia determinação do TJPE de bloquear R\$ 90 mil das contas do sindicato



Foto: Sinpol/Divulgação.

O Sindicato dos Policiais Cíveis de Pernambuco (Sinpol) recebeu com indignação o bloqueio de R\$ 90 mil das contas do sindicato, determinado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), na última quinta-feira (9).

A decisão do TJPE visa garantir o dinheiro para uma possível execução da sentença, caso a Justiça entenda que houve descumprimento da liminar que determinava a suspensão dos atos de paralisação, o que não foi cumprido pela entidade. Os policiais civis paralisaram as atividades por 24 horas na quarta-feira (8).

De acordo com o sindicato, a decisão do desembargador José Fernandes de Lemos, atendendo à liminar pedida pelo governo do Estado, é uma tentativa de asfixiar financeiramente o movimento dos policiais civis e de diminuir a luta da categoria. Ainda de acordo com a nota do Sinpol, essa investida denuncia o total desespero político do governo Paulo Câmara.

<b>Assunto: Observatório da Justiça vai à Ipojuca</b>	
<b>Veículo:</b> Blog de Jamildo	<b>Data:</b> 13/07/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



### **Observatório da Justiça vai à Ipojuca**

No dia 13 de julho, às 11h, o presidente da OAB-PE, Pedro Henrique Reynaldo Alves, estará em Ipojuca, no litoral sul do Estado, coordenando o “Observatório da Justiça”. Neste dia, a OAB-PE abrirá espaço junto aos advogados para o registro dos principais problemas da advocacia junto às comarcas dos municípios daquela região.

Na ocasião, também será discutida a viabilidade de instalação de uma Subseccional OAB em Ipojuca. Hoje, os advogados do município são ligados a Subseccional do Cabo de Santo Agostinho, presidida por Geny Lyra, que acompanhará a programação junto com o presidente Pedro Henrique.

O coordenador das Subseccionais da OAB-PE, conselheiro Fernando Araújo, também fará parte da caravana. O Observatório da Justiça será realizado no Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, na Avenida Francisco Alves de Souza, s/nº, no Centro de Ipojuca.